

MAPA ANEXO

Pais	Moeda de pagamento	Índice 100 (euros)
África do Sul	EUR	989
Alemanha	EUR	1 500
Andorra	EUR	1 103
Angola	EUR	1 560
Arábia Saudita	EUR	1 085
Argélia	EUR	966
Argentina	EUR	1 196
Austrália	EUR	1 004
Áustria	EUR	1 202
Bélgica	EUR	1 241
Bermudas	EUR	1 086
Bósnia	EUR	1 152
Brasil	EUR	1 275
Bulgária	EUR	1 022
Cabo Verde	EUR	887
Canadá	EUR	941
Chile	EUR	847
China	EUR	1 367
Colômbia	EUR	1 037
Coreia do Sul	EUR	1 015
Croácia	EUR	1 322
Cuba	EUR	821
Dinamarca	EUR	1 220
Egipto	EUR	838
Espanha	EUR	995
EUA	EUR	1 486
Filipinas	EUR	937
Finlândia	EUR	1 115
França 1	EUR	1 258
França 2	EUR	1 205
Grécia	EUR	925
Guiné-Bissau	EUR	984
Holanda	EUR	1 418
Hungria	EUR	1 209
Índia	EUR	920
Indonésia	EUR	1 280
Irão	EUR	1 151
Iraque	EUR	940
Irlanda	EUR	1 235
Israel	EUR	1 277
Itália	EUR	1 129
Japão	EUR	1 441
Luxemburgo	EUR	1 291
Macau-China	EUR	1 088
Malásia	EUR	1 188
Marrocos	EUR	881
México	EUR	921
Moçambique	EUR	1 226
Namíbia	EUR	868
Nigéria	EUR	903
Noruega	EUR	1 339
Palestina	EUR	1 178
Paquistão	EUR	857
Peru	EUR	877
Polónia	EUR	1 205
Quénia	EUR	1 029
Reino Unido	EUR	1 456
República Checa	EUR	1 174
República Democrática do Congo	EUR	1 079
Roménia	EUR	1 040
Rússia	EUR	1 622
São Tomé e Príncipe	EUR	1 072
Senegal	EUR	896
Sérvia	EUR	1 298
Suécia	EUR	1 138
Suiça	EUR	1 910
Tailândia	EUR	878
Timor-Leste	EUR	1 239
Tunísia	EUR	851
Turquia	EUR	874
Ucrânia	EUR	1 003
Uruguai	EUR	1 194
Vaticano	EUR	1 129
Venezuela	EUR	1 575
Zimbabué	EUR	1 443

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE

Portaria n.º 1087/2009

de 22 de Setembro

No âmbito do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e da Lei Orgânica do Ministério da Saúde, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 212/2006, 27 de Outubro, foi criada a Administração Central do Sistema de Saúde, I. P. (ACSS, I. P.), que integrou vários serviços e organismos do Ministério da Saúde. Este Instituto rege-se pelo disposto no Decreto-Lei n.º 219/2007, de 29 de Maio, e pela Portaria n.º 646/2007, de 30 de Maio, esta última alterada pela Portaria n.º 155/2009, de 10 de Fevereiro.

Trata-se de uma estrutura de excepcional complexidade e dotada de elevada dimensão, o que motivou que, na respectiva orgânica, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 219/2007, de 29 de Maio, e complementada com os Estatutos constantes da Portaria n.º 646/2007, de 30 de Maio, se previssem cargos dirigentes de directores-coordenadores, directores e coordenadores, respectivamente de níveis 1, 2 e 3, à excepção dos cargos de director da Secretaria do Conselho e de director da Unidade Operacional de Gestão do Programa de Parcerias, que correspondem ao nível 1.

Importa por isso densificar a determinação do disposto no artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2009, de 31 de Dezembro, consagrando a qualificação e graus dos cargos dirigentes da ACSS, I. P., tendo em conta a sua especificidade e elevada complexidade, decorrente das suas atribuições e competências.

Assim:

Nos termos e ao abrigo do disposto artigo 12.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde, o seguinte:

Artigo 1.º

Aditamento aos Estatutos da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.

É aditado o artigo 2.º-A aos Estatutos da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., aprovados em anexo à Portaria n.º 646/2007, de 30 de Maio, alterados pela Portaria n.º 155/2009, de 10 de Fevereiro, com a seguinte redacção:

«Artigo 2.º-A

Dos cargos dirigentes

1 — Os directores-coordenadores, o director da Secretaria do Conselho e o director da Unidade Operacional de Gestão do Programa de Parcerias são equiparados, para efeitos remuneratórios, a cargo de direcção superior de 2.º grau.

2 — Os directores das unidades operacionais e de apoio são equiparados, para efeitos remuneratórios, a cargo de direcção intermédia de 1.º grau.

3 — Os coordenadores de unidades funcionais são cargos de direcção intermédia de 3.º grau, a quem cabe, para além das competências que lhe sejam delegadas ou subdelegadas, assegurar o cumprimento das competências da unidade orgânica em que se inserem, com o grau de autonomia conferido, e garantem a qualidade técnica do trabalho produzido na unidade funcional.

4 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento para os titulares de cargos de coordenadores de unidades funcionais é feito de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público que reúnam competência técnica, aptidão e experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respectivas funções e que possuam conhecimento e experiência nas áreas para as quais são recrutados.

5 — Os coordenadores de unidades funcionais são equiparados, para efeitos remuneratórios, a cargo de direcção intermédia de 2.º grau.»

Artigo 2.º

Revogação

É revogado o n.º 6 do artigo 1.º dos Estatutos da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., em anexo à Portaria n.º 646/2007, de 30 de Maio.

Artigo 3.º

Disposição transitória

As comissões de serviço em curso mantêm-se nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e do n.º 9 do artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*, em 11 de Setembro de 2009. — Pela Ministra da Saúde, *Francisco Ventura Ramos*, Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, em 17 de Agosto de 2009.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Decreto-Lei n.º 244/2009

de 22 de Setembro

O Programa do XVII Governo Constitucional consagra para as zonas costeiras o desenvolvimento de uma política integrada e coordenada que favoreça a protecção ambiental e a valorização paisagística, mas que enquadre também a sustentabilidade e a qualificação das actividades económicas que aí se desenvolvem.

Para as situações prioritárias, por se tratarem de zonas de risco e áreas naturais degradadas e sensíveis em domínio público marítimo, torna-se necessário intervir através de operações integradas com dimensão significativa e, sempre que necessário, de escala supramunicipal, que visem a qualificação costeira de forma exemplar.

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2008, de 3 de Junho, foi aprovada a realização de um conjunto de operações de requalificação e valorização de zonas de risco e de áreas naturais degradadas situadas no litoral, abreviadamente designado «Polis Litoral — Operações Integradas de Requalificação e Valorização da Orla Costeira», ali se identificando, sem prejuízo de se alargar a iniciativa a outras zonas do País onde tal se justificasse, três áreas a suscitar tal tipo de intervenção: a Ria Formosa, o Litoral Norte e a Ria de Aveiro, já em execução.

Assim, e no sentido de potenciar a coesão do território nacional, o Governo decidiu alargar o conjunto de operações do Polis Litoral, avançando com uma nova área a sujeitar a intervenção o Litoral Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Esta área incide sobre a frente costeira dos municípios de Sines e Odemira (Alentejo) e Aljezur e Vila do Bispo (Algarve) e integra a faixa litoral do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha.

O território abrangido é um espaço singular que dispõe de condições excepcionais para suporte de um desenvolvimento económico e turístico sustentável e para se constituir como um pólo de atracção intimamente ligado ao contacto e fruição da natureza. As suas características endógenas — faixa litoral de elevado valor natural e paisagística, de pequenos aglomerados costeiros, de actividade rural, piscatória e turística, de história e tradição — requerem que o seu desenvolvimento se submeta a uma estratégia que articule eficazmente as múltiplas vertentes que o caracterizam.

Trata-se, ademais, de uma operação com contornos particularmente expressivos já que se prevê uma intervenção em duas unidades territoriais distintas de Portugal Continental, compreendendo a Região do Alentejo e a Região do Algarve, regiões de cariz diferenciado. Neste sentido, uma intervenção na faixa costeira destas duas regiões implicará, necessariamente, uma articulação e concertação entre as diversas entidades públicas com responsabilidades nestes territórios, referindo-se, entre outras, as administrações das regiões hidrográficas do Alentejo e do Algarve e as comissões de coordenação e desenvolvimento regional do Alentejo e do Algarve.

Neste sentido, o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional desenvolveu, em contacto com os municípios abrangidos e com a colaboração da Parque Expo 98, S. A., o quadro estratégico da operação, que se pretende venha a ser desenvolvido na forma de um plano estratégico contendo os objectivos da Polis Litoral Sudoeste — Operação Integrada de Requalificação e Valorização do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina.

Neste contexto, aponta-se para um intervenção que se estende ao longo da faixa costeira continental, entre São Torpes e Burgau, numa extensão de 150 km, totalizando uma área de intervenção com 9500 ha, abrangendo os municípios de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo.

Além da intervenção de ordenamento e valorização de toda a faixa costeira, prevê-se a reposição das condições de ambiente natural através da recuperação e da protecção dos sistemas costeiros, a valorização e qualificação de 16 praias, a qualificação de quatro portinhos de pesca e seis pequenos aglomerados costeiros e a diversificação da vivência deste território através da criação de novos produtos turísticos ligados ao património natural e cultural presentes.

Considerando outras experiências neste domínio, entende-se que a operacionalização das acções consideradas naquele quadro estratégico da operação e no plano estratégico que se lhe deverá seguir só será eficaz se for confiada a uma entidade específica, a criar sob a forma de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com aptidão para promover, com dinamismo, as acções necessárias, garantindo a coerência e a qualidade dos projectos envolvidos e a realização das respectivas obras, e com condições para a mobilização dos recursos financeiros necessários.

Por outro lado, a natureza integrada desta operação e a necessidade de articulação de entidades distintas no seu